

panorama

inforegio

40

Iverno 2011/2012

**Política de Coesão
2014-2020**

Investir em regiões da Europa

pt

EDITORIAL

Johannes Hahn

3

CARACTERÍSTICA ESPECIAL – POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

A estratégia de investimento para o crescimento e competitividade futuros da UE

4-11

12-15

ENTREVISTAS

Alain ROUSSET, Presidente da Associação das Regiões de França
Anders KNAPE, Presidente da Associação de Autoridades Locais e Regiões da Suécia

16-19

REACÇÕES ÀS PROPOSTAS PARA A FUTURA POLÍTICA DE COESÃO

20

QUADRO ESTRATÉGICO COMUM PARA 2014-2020

21

RESPONDER MAIS EFICAZMENTE A GRANDES CATÁSTROFES NATURAIS

22-23

MAPAS

Taxas de educação superior na UE entre pessoas dos 30 aos 34 anos
Taxas de emprego na UE entre pessoas dos 20 aos 64 anos

24

ANÁLISE DE ERROS NA POLÍTICA DE COESÃO

25

INVESTIMENTOS DE SUCESSO NO TURISMO

26-29

EXEMPLOS DE PROJECTOS EM FRANÇA, REINO UNIDO, ROMÉNIA E ESTÓNIA

30-33

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

34

REGIOSTARS

35

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A POLÍTICA DE COESÃO DA UE

Fotografias (páginas):

Capa: © Shutterstock

Páginas 3, 7, 8, 9, 10-11, 31, 33, 34: © Comissão Europeia

Páginas 16-19: © Philip Lange/Shutterstock

Página 21: © Johannes Wachter

Páginas 25, 32-33, 35: © Shutterstock

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.

Esta revista está disponível na Internet em 21 línguas no site http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



Em Outubro foram reveladas as propostas da Comissão para a política de coesão após 2013. Nesta edição da *Panorama*, apresentamos-lhe um resumo das propostas, bem como os comentários de algumas das principais partes interessadas.

Esta nova abordagem à política de coesão decorre num momento em que o crescimento económico é uma necessidade vital em todos os Estados-Membros da UE. Mais do que nunca, a Europa precisa de investir a todos os níveis para potenciar a economia e criar empregos.

A política de coesão gere mais de 350 mil milhões de euros (um terço do orçamento total da UE) e acreditamos que possa tornar-se num instrumento importante para atingir os objectivos propostos.

A contribuição da política de coesão nesta área já foi demonstrada. No período entre 2000 e 2006 foram criados cerca de 1,4 milhões de empregos através da política de coesão. Cerca de 34 milhões de cidadãos europeus estão agora em melhores condições uma vez que se registou um forte crescimento económico nas suas regiões.

A Europa tem de ser capaz de competir de forma eficaz com as potências emergentes no mercado global. Este é o fundamento subjacente à Estratégia Europa 2020 – um importante programa de acção iniciado pela UE em 2010 para fomentar e promover um crescimento mais competitivo, sustentável e inclusivo. Uma política de coesão mais inteligente e direccionada é um elemento essencial para concretizar este objectivo. A nossa intenção é transformar a política de coesão após 2013 na principal estratégia de investimento da União Europeia, a ferramenta fundamental que nos permitirá alcançar as metas da Estratégia Europa 2020.

Com isto, pretendemos garantir que esta continue a ser uma política para todas as regiões e todos os cidadãos, um programa de investimento que gera crescimento e empregos para todos.

Melhor orientação

Também queremos assistir a um salto quântico no desempenho e execução desta nova política de coesão. Mais do que nunca, a pressão sobre as finanças públicas é imensa e é necessário investir de forma inteligente e eficaz. Mais do que nunca, o investimento público é predominante num pequeno número de prioridades de investimento para a melhoria do crescimento. A isto chamamos concentração temática.

Significa que será dada prioridade aos investimentos de forma a garantir o máximo impacto e valor acrescentado. Os investimentos têm de ser adequados às regiões onde são aplicados. Por conseguinte, as nossas propostas proporcionam flexibilidade para garantir que todas as regiões possam seleccionar uma estratégia de investimento com base nas suas necessidades e desafios de desenvolvimento. Esta é a mensagem subjacente à abordagem de parceria proposta entre a Comissão e cada Estado-Membro da UE.

Pode obter mais informações sobre este assunto nas seguintes páginas.

Johannes Hahn

Membro da Comissão Europeia responsável pela Política Regional

POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020 – A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO PARA O CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE FUTUROS DA UE

A 6 de Outubro de 2011, a Comissão Europeia revelou propostas para uma nova abordagem da política de coesão da UE para 2014-2020. O objectivo é modernizar o funcionamento dos fundos da política de coesão e acompanhar de perto o direccionamento de recursos regionais para a criação de emprego e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – as metas da «Estratégia Europa 2020».

O orçamento proposto para os programas de 2014-2020 é de 336 mil milhões de euros (em comparação com os 350 mil milhões de euros para o actual período de 2007-2013). O investimento em regiões menos desenvolvidas representará cerca de metade deste montante – mais de 160 mil milhões de euros.

Serão disponibilizados, pelo menos, 84 mil milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE) para aumentar as oportunidades de emprego e promover a aprendizagem ao longo da vida e a inclusão social.

Além disso, será estabelecido uma nova «Facilidade “Interligar a Europa”» (FIE) para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas prioritárias nas áreas dos transportes, da energia e das tecnologias de informação. O FIE tem um orçamento proposto de 40 mil milhões de euros, com 10 mil milhões de euros adicionais reservados no Fundo de Coesão.

Impulso decisivo para as regiões

Dada a dimensão dos recursos disponíveis para a política de coesão – mais de um terço do orçamento global da UE – a Comissão acredita que a política pode ser um factor decisivo para impulsionar a competitividade económica da Europa, fomentar a coesão social e criar mais e melhores empregos.

«Queremos consolidar a política de coesão como a principal estratégia de investimento da União Europeia, o instrumento-chave para alcançar as metas da Europa 2020», declarou Johannes Hahn, Comissário Europeu para a Política Regional. «Temos de dar um salto gigante na disponibilização e no desempenho da política de coesão, para garantir que continua a ser uma política para todas as regiões e todos os cidadãos, um investimento que gera crescimento e empregos para todos».

Resultados da política de coesão

Avaliações *ex post* do anterior período de programação, 2000-06, demonstraram que o impacto do investimento da política de coesão foi extenso. Perto de 230 mil PME receberam apoio financeiro (maioritariamente subsídios, mas também empréstimos e capitais de risco), enquanto 1,1 milhões receberam aconselhamento e apoio para trabalhar em rede, levando à criação de, em média, um milhão de empregos ao nível da UE. A política de coesão levou à criação de 38 mil empregos permanentes de nível superior no campo da investigação. Além disso, foram construídos ou melhorados perto de 8 400 km de caminho-de-ferro e 5 100 km de estradas, enquanto cerca de 20 milhões de cidadãos da UE beneficiaram de acesso a água potável.

Com o apoio da política de coesão da UE, os mais recentes Estados-Membros verificaram uma subida de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) per capita.





Porquê uma nova abordagem?

Perante a crise económica, é necessário fazer mais sem aumentar o nosso orçamento. Isto significa implementar políticas ambiciosas que sejam mais eficazes, com uma governação mais forte e um sistema de execução simplificado que reduza substancialmente a burocracia para os beneficiários.

Para tal, é necessário concentrar e destinar melhor os recursos mediante objectivos mais claros. Deste modo, os recursos terão mais impacto e ainda melhores resultados. Ao investir de forma inteligente, os instrumentos da política de coesão podem obter mais resultados com o mesmo montante.

Metas e objectivos

Um dos objectivos primeiros da nova abordagem é consolidar a política de coesão como a principal estratégia de investimento da Estratégia Europa 2020.

Principais alterações

A Comissão propôs uma série de alterações importantes ao modo como a política de coesão está concebida e é implementada, nomeadamente:

- concentração nas metas da Europa 2020;
- recompensar o bom desempenho;
- apoiar a programação integrada (combinar investimentos);
- incidir nos resultados e monitorizar de perto o progresso;
- reforçar a coesão territorial; e
- simplificar a execução.

CONCRETIZAR A EUROPA 2020 – CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

A política de coesão ajudará a concretizar as metas da Europa 2020, direccionando o investimento para:

- Investigação e inovação
- Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)
- Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono
- Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas
- Protecção do ambiente e eficiência na utilização dos recursos
- Transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infra-estruturas da rede
- Emprego e apoio à mobilidade laboral
- Inclusão social e combate à pobreza
- Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
- Reforço da capacidade institucional e administrações públicas eficientes

Um quadro simplificado: duas metas prioritárias – três categorias regionais

Para o período de 2014-2020, a Comissão propôs um quadro simplificado com duas metas, nomeadamente «Investimento no Crescimento e no Emprego» nas regiões e Estados-Membros e «Cooperação territorial europeia». Tal reflecte o alinhamento com a Europa 2020 em que todas as regiões contribuem para a meta global de investimento no emprego e no crescimento, embora os meios e a abrangência da intervenção sejam diferenciados de acordo com o nível de desenvolvimento económico.





Categorias de região

Está prevista uma nova categoria para regiões com um PIB per capita entre 75 % e 90 % da média da UE. Estas regiões de transição beneficiarão de um apoio específico para atingir as metas da Europa 2020 em matéria de eficiência energética, inovação e competitividade.

As três categorias definidas serão elegíveis para investimento conforme de seguida se descreve:

- As regiões «menos desenvolvidas», cujo PIB per capita se situe abaixo de 75 % da média da UE, continuarão a ser a principal prioridade da política. A taxa máxima de co-financiamento é fixada entre 75 e 85 % em regiões menos desenvolvidas e ultraperiféricas;

- As regiões «de transição», cujo PIB per capita se situe entre 75 % e 90 % da média da UE, terão uma taxa de co-financiamento de 60 %;
- Regiões «mais desenvolvidas», cujo PIB per capita se situe acima de 90 % da média. A taxa de co-financiamento será de 50 %.

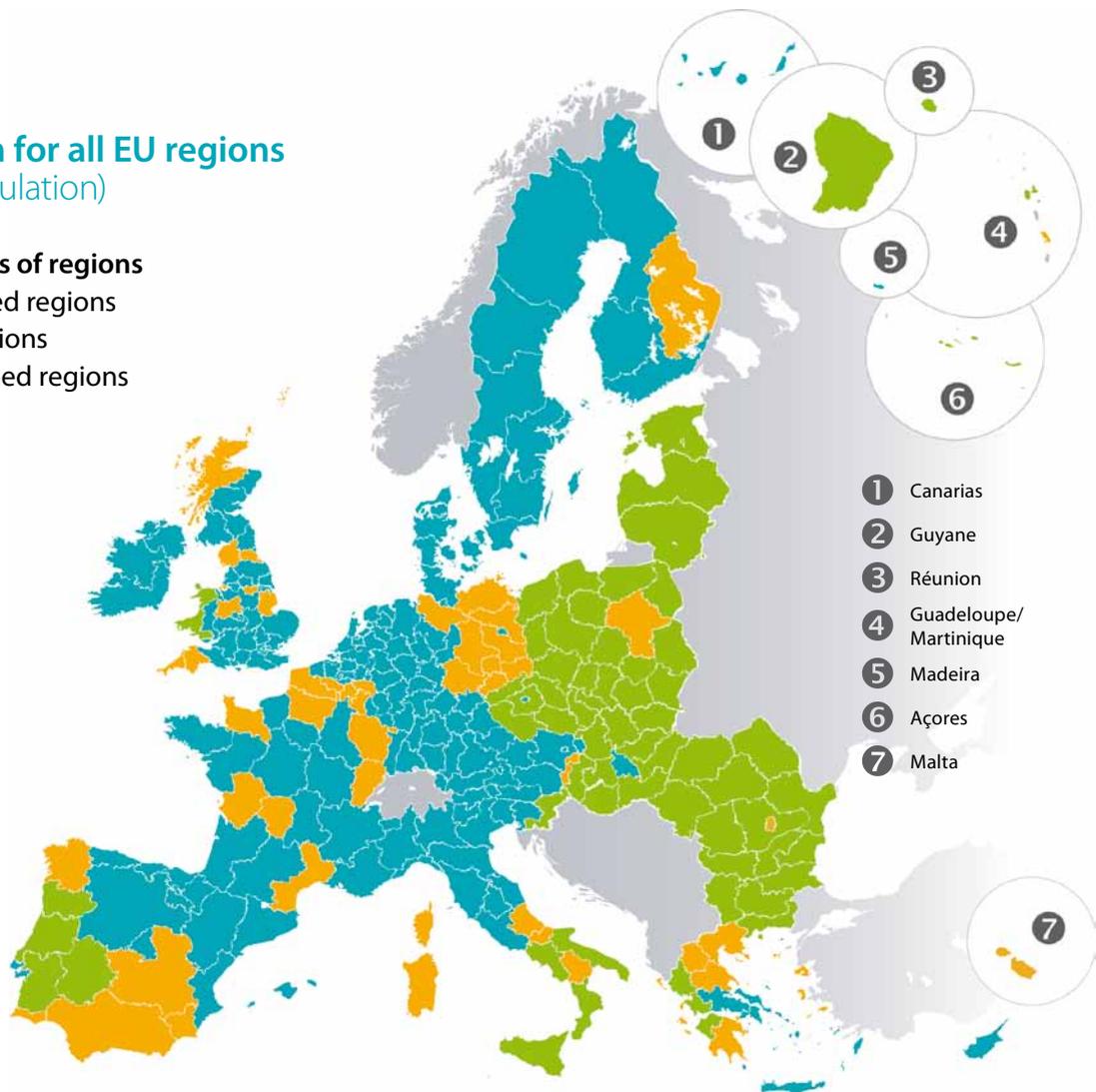
O objectivo da nova categoria «de transição» – que deverá abranger 51 regiões e mais de 72 milhões de pessoas, num valor estimado com base nos dados actuais – é dar um impulso adicional às regiões que se tenham tornado mais competitivas em anos recentes mas que ainda precisem de investimento específico.

A fair system for all EU regions (eligibility simulation)

Three categories of regions

- Less developed regions
- Transition regions
- More developed regions

GDP/capita*
 ■ < 75 % of EU average
 ■ 75-90 %
 ■ > 90 %
 *index EU27=100





Regras comuns para todos os Fundos

Uma das principais características das novas propostas é um conjunto de regras de funcionamento simplificadas, acompanhado de condições e recompensas pelo bom desempenho, tendo em vista o aumento da eficácia do investimento regional.

São introduzidas regras comuns para os cinco fundos* com objectivos estruturais, reforçando assim a sua coerência e fortalecendo o seu impacto.

Também são propostas três regulamentações específicas para reger o funcionamento do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão. Estas referem-se à missão e aos objectivos da política de coesão, ao quadro financeiro, a acordos específicos de programação e relatórios, a grandes projectos e a planos de acção conjunta. Estabelecem os requisitos de gestão e controlo de projectos, bem como acordos específicos para a gestão financeira. Além disso, passará a haver introdução de dados online para acelerar o processo administrativo.

AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL

A Comissão propõe alterações aos seguintes aspectos da Regulamentação de AECT actual:

- Estabelecimento de AECT mais facilitado;
- Revisão do âmbito da actividade;
- Abertura dos AECT a regiões não pertencentes à UE;
- Regras de funcionamento mais claras sobre recrutamento de pessoal, despesas e protecção de credores;
- Cooperação prática no fornecimento de serviços públicos e locais;
- Mais flexibilidade na filiação;
- Possibilidade de membros não pertencentes à UE;
- Regras simplificadas;
- Critérios para aprovação ou rejeição de AECT pelas autoridades nacionais especificadas;
- Limite de tempo para análise e decisão.

Propõe-se uma regulamentação específica para a cooperação territorial europeia (transfronteiriça, transnacional e inter-regional) e para o funcionamento do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

- Meta da política de coesão, permitindo que os intervenientes nacionais, regionais e locais de vários Estados-Membros partilhem experiências e realizem acções conjuntas para encontrar soluções comuns para problemas partilhados.
- Contribuição importante para a promoção do novo objectivo de coesão territorial do Tratado de Lisboa.
- A regulamentação proposta tem mais em conta o contexto plurinacional dos programas, criando disposições mais específicas para a cooperação.
- Regras simplificadas.
- Aplica-se a concentração temática.
- A cooperação transnacional pode apoiar o desenvolvimento e a implementação de estratégias macro-regionais.

*Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP).



Investimento inteligente

Para reforçar ainda mais a capacidade da política de coesão para responder às prioridades da UE, a Comissão propõe um quadro para o investimento estratégico e inteligente.

Isto implicará a introdução de um Quadro Estratégico Comum (QEC), Contratos de Parceria e uma lista de objectivos temáticos que traduzam as metas da Europa 2020 em acções concretas.

A Comissão propõe uma abordagem mais integrada ao investimento regional, incluindo regras de elegibilidade comuns e a introdução de programas multifundos opcionais para o FEDER, FSE e Fundo de Coesão.

A concentração nas prioridades da UE através do FEDER é assegurada por uma focalização em:

- eficiência energética e energias renováveis;
- investigação e inovação; e
- competitividade das PME.

As regiões menos desenvolvidas terão a possibilidade de escolher de entre um leque alargado de prioridades de investimento, reflectindo as suas maiores necessidades de desenvolvimento, enquanto as regiões mais desenvolvidas e de transição deverão destinar 80% dos seus recursos do FEDER para a eficiência energética e energias renováveis, a investigação, a inovação e a competitividade das PME.

O QEC, contendo as principais prioridades da UE, será aplicado a todos os Fundos, incluindo as políticas de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e pescas. Os programas multifundos, que combinam recursos do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão, melhorarão a coordenação no terreno e o desenvolvimento integrado.

QUADRO DE DESEMPENHO PARA O INVESTIMENTO INTELIGENTE

- O Quadro Estratégico Comum (em substituição das Orientações Estratégicas Comunitárias) – que traduz em acções as principais prioridades da UE – será aplicado a todos os Fundos, incluindo as políticas de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e pescas, e assegurará uma melhor coordenação do investimento da UE.
- Os Contratos de Parceria, celebrados à partida entre a Comissão e os Estados-Membros, definirão a contribuição global, ao nível nacional, para os objectivos temáticos e os compromissos para levar a cabo acções que concretizem os objectivos da Europa 2020. Serão definidos objectivos claros e mensuráveis num quadro de desempenho.
- Contratos baseados em avaliações nacionais das necessidades de desenvolvimento regionais e nas prioridades de cada Estado-Membro. Serão acordados e alcançados marcadores ou marcos de desempenho para qualificar o investimento.

Recompensar o bom desempenho

Para melhorar o desempenho e os resultados, serão introduzidas novas disposições para garantir que o investimento da UE cria um forte incentivo para que os Estados-Membros concretizem as metas e os objectivos da Europa 2020.

Estas medidas de «condicionalidade» tomarão a forma de termos acordados que terão de ser implementados antes da atribuição de fundos (*ex ante*) e condições que levarão à atribuição de fundos adicionais em função do desempenho (*ex post*).





Esta condicionalidade *ex post* visa reforçar a ênfase no desempenho e na concretização de objectivos relacionados com marcos da Europa 2020, acordados no Contrato de Parceria (ver caixa).

Serão reservados e atribuídos aos Estados-Membros cerca de 5 % do orçamento para os programas que tenham concretizado a totalidade dos seus objectivos.

QUADRO DE DESEMPENHO

- Concentração nos resultados – Indicadores, relatórios, monitorização e avaliação comuns e específicos de programas.
- Quadro de desempenho para todos os programas – objectivos e metas claros e mensuráveis.
- Reserva de desempenho – 5 % das dotações nacionais (por Estado-Membro, fundo e categoria de região).
- Condicionalidade *ex ante* – garantir que estão reunidas as condições para um investimento eficaz.
- Condicionalidade macroeconómica – alinhamento com a nova governação económica.

Investir na educação e na inclusão social

Em conformidade com as prioridades da Europa 2020, os recursos do FSE serão destinados à promoção do emprego e ao apoio da mobilidade laboral, ao investimento na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, ao combate à pobreza e ao melhoramento da capacidade institucional e da eficiência da administração pública.

Para reforçar a dimensão social, 20 % das despesas do FSE serão destinados a medidas de inclusão social. Será colocada maior ênfase no combate ao desemprego entre os jovens e na promoção da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação.

Investir nos transportes e no ambiente

Em Estados-Membros com um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita inferior a 90 % da média da UE, o Fundo de Coesão investirá na área prioritária do ambiente (por exemplo, em projectos relacionados com a adaptação e a prevenção de riscos associados às alterações climáticas e infra-estruturas de gestão da água e de resíduos). O investimento em eficiência energética e energias renováveis também é elegível.

Para além de apoiar o desenvolvimento de redes transeuropeias de transportes (TEN-T), o Fundo de Coesão também ajudará a canalizar o investimento para sistemas de transporte com baixo nível de emissões de carbono e transportes urbanos.



Simplificar as regras e a execução

As regras de elegibilidade estão a ser simplificadas para ajudar a reduzir a burocracia e os custos administrativos.

As disposições comuns referentes à execução incluem regras padrão sobre a utilização de instrumentos financeiros, custos simplificados e durabilidade das operações.

As opções de custos simplificados, como taxas fixas e montantes fixos, ajudarão os Estados-Membros a implementar uma gestão orientada para o desempenho ao nível das operações individuais.

Também foi introduzido o conceito de um «balcão único» para os beneficiários finais.

SIMPLIFICAR A EXECUÇÃO

A nova abordagem da política de coesão da UE centra-se na simplificação da execução e na redução da burocracia.

Regras comuns – Fundos do QEC

- Política de Coesão, política para o desenvolvimento rural, assuntos marítimos e pescas
- Gestão mais simples através de uma melhor harmonização das regras de elegibilidade

Opção de programas multifundos

- FEDER, FSE e Fundo de Coesão

Sistema de execução simplificado

- Aumento da utilização de custos simplificados
- Estabelecer a ligação entre pagamentos e resultados
- E-Coesão (E-Cohesion): «balcão único» para beneficiários
- Abordagem proporcional ao controlo
- Menos autoridades envolvidas na implementação, com papéis claramente definidos
- Sistema de candidatura simplificada para «grandes projectos»

Desenvolvimento territorial sustentável

As propostas colocam maior ênfase no desenvolvimento urbano sustentável. Tendo em conta o papel que as cidades podem desempenhar na criação de emprego e no crescimento, serão reservados cerca de 5% dos recursos do FEDER para o desenvolvimento urbano sustentável (ver caixa). A promoção de oportunidades para a criação de redes entre cidades e o intercâmbio de experiências sobre política urbana estão igualmente previstos através da criação de uma nova Plataforma de Desenvolvimento Urbano.

As propostas definem também uma abordagem integrada do desenvolvimento local orientado para a comunidade. Tal facilitou a implementação de estratégias de desenvolvimento local por parte de grupos comunitários, incluindo autoridades locais, ONG e parceiros económicos e sociais, com base na abordagem do programa LEADER utilizada para o desenvolvimento rural.

Dar-se-á especial atenção a áreas com características naturais ou demográficas específicas, como baixa densidade populacional, com uma dotação suplementar para as regiões ultraperiféricas.





DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

- Reconhecimento do papel das cidades na melhoria do crescimento e do emprego na Europa.
- Concentração num desenvolvimento urbano sustentável: cada Estado-Membro deve reservar um mínimo de 5 % do FEDER para «acções integradas» (combinando o investimento proveniente de diferentes prioridades e programas e gerido pelas cidades).
- Será criada uma plataforma de desenvolvimento urbano, baseada na experiência do URBACT – um programa europeu que promove o desenvolvimento urbano sustentável – para promover o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de experiências no espaço da UE.
- A Comissão também propõe a dotação de parte do orçamento (0,2 % da dotação do FEDER) para financiar acções inovadoras em áreas urbanas.
- Também será promovida uma melhor coordenação entre o investimento de capital fixo e humano nas cidades.

Próximos passos

Os actuais programas de financiamento regional serão mantidos até 2013. Os programas com início em 2014 serão abrangidos por um novo quadro regulamentar. Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, todas as Regulamentações da política de coesão estão sujeitas ao procedimento legislativo normal, fortalecendo o papel do Parlamento Europeu enquanto co-legislador de pleno direito da regulamentação geral. As propostas para a política de coesão estão a ser analisadas pelo Conselho e pelo Parlamento, devendo ser adoptadas em finais de 2012 e implementadas em 2014.

No início de 2012, a Comissão irá propor um documento provisório sobre o QEC, em total consonância com a Europa 2020 e traduzindo os seus objectivos em acções-chave. Será lançado e disponibilizado um procedimento de consulta alargado a todos: Estados-Membros, regiões, cidades, instituições da UE, parceiros económicos e sociais, organizações da sociedade civil, académicos e cidadãos. O Quadro orientará os Estados-Membros na concepção dos seus programas operacionais e apoiará as autoridades nacionais e regionais na definição de metas claras, tangíveis e mensuráveis em áreas prioritárias.

As negociações sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual continuarão em paralelo.



ALAIN ROUSSET

Presidente da Associação das Regiões de França

Alain Rousset, presidente da Associação das Regiões de França, explica à *Panorama* a sua visão das propostas para a futura Política de Coesão da UE.

«As regiões francesas acreditam que a estreita relação entre a futura Política de Coesão e a nova estratégia Europa 2020 é essencial para rentabilizar e amplificar os esforços do actual período de programação», afirma Alain Rousset, presidente da Associação das Regiões de França (ARF).

«Mas, mais do que nunca, é essencial descentralizar a concepção e a gestão das políticas de desenvolvimento económico de forma a envolver aqueles que estão melhor posicionados para avaliar os impactos», refere. «Uma maior proximidade consolidará a relação entre os representantes eleitos e as empresas. Esta é a chave para a coesão. Esta é também a chave para o êxito da Europa 2020», sublinha.



Programas multifundos

Embora apoiem o estabelecimento de novos programas regionais multifundos para promover a integração entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE), as regiões francesas insistem que, por motivos de eficiência e eficácia da intervenção pública, elas próprias devem ser as autoridades de gestão.

«Acreditamos que as regiões devem gerir directamente programas regionais multifundos genuínos [FEDER ⁽¹⁾, FSE ⁽²⁾ e FEADER ⁽³⁾]. Isto permitir-nos-ia financiar políticas rigorosamente adaptadas aos interesses dos territórios em questão. Sem isto, o financiamento europeu será apenas um substituto dos fundos a obter do Estado relativamente a políticas decididas a nível nacional, com as quais está cada vez menos comprometido», adverte Rousset.

«Temos de acabar com esta anomalia discriminatória que impede as regiões francesas de serem as autoridades de gestão dos fundos estruturais tal como as suas homólogas europeias», insiste Rousset.

Combater a crise

Rousset, que também desempenha funções como Presidente do Conselho Regional da Aquitânia, confessa que é particularmente sensível à questão do «crescimento inteligente»; as regiões francesas apoiam as principais propostas da Comissão no sentido de direccionar a implementação de fundos estruturais, assim como do FEDER e do FSE, de apoiar a «economia baseada no conhecimento» e de promover um crescimento «inteligente, inclusivo e sustentável» em toda a Europa.

«**Hoje em dia, ninguém duvida do valor demonstrado pela política de coesão em lidar com a crise financeira.**»

(1) FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

(2) FSE – Fundo Social Europeu

(3) FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

«Hoje em dia, ninguém duvida do valor demonstrado pela Política de Coesão da UE em lidar com a crise financeira. O período de programação 2007-13 foi um ponto de viragem para as regiões francesas. A abordagem do financiamento afirmou-se como um verdadeiro impulso vital durante este período, permitindo grandes investimentos na investigação, inovação ou transferência de tecnologia», acrescenta.

«E visto ter sido implementada ao nível regional e ter concentrado o financiamento em temas relacionados com a Estratégia de Lisboa, implicou todos os territórios franceses – e não apenas as grandes cidades e centros industriais – na diversificação da actividade económica e no estímulo à competitividade industrial e ao crescimento das PME».

Um dos seus principais impactos foi a amplificação das políticas promovidas pelas regiões e o apoio à criação e desenvolvimento de empresas inovadoras em áreas essenciais da indústria e dos serviços.

«Permitiu-nos criar e fortalecer uma base económica dinâmica, que engloba os territórios francês e europeu, e estar mais a salvo de futuras crises financeiras e económicas. Está a permitir-nos investir para o futuro e este processo tem de ser continuado», salienta Rousset.

Apoio para áreas em transição

A criação da categoria especial de «Regiões de Transição» foi fortemente apoiada pela ARF e a organização congratula-se com o facto de que a política de coesão será prosseguida em todas as regiões europeias dando especial atenção às regiões ultraperiféricas.

Embora as regiões francesas apoiem a proposta de implementação de contratos de parceria que pressuponham compromissos mútuos precisos entre os Estados-Membros e a União Europeia, consideram que os contratos de parceria devem assumir a forma de contratos tripartidos plenamente integrados, garantindo desta forma que os interesses dos intervenientes locais – os principais protagonistas da política de coesão – são completamente tidos em conta.

«...os contratos de parceria devem assumir a forma de contratos tripartidos plenamente integrados, garantindo desta forma os interesses dos intervenientes locais.»

Condicionalidade macroeconómica

Contudo, as regiões francesas evidenciam o desejo de alguns governos, incluindo o governo francês, em estabelecer uma ligação entre a Política de Coesão e o desempenho ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

«Recusamo-nos veementemente a ficar reféns dos falhanços do Estado no que diz respeito aos seus compromissos para com a Comunidade», insiste Rousset.

A ARF e as regiões francesas estarão estreitamente envolvidas nas negociações sobre o quadro financeiro e as regulamentações subjacentes à Política de Coesão e apelam ao governo francês para que apoie de forma concreta a «verdadeira» Política de Coesão representada pelas novas propostas.

A aplicação eficaz do FEDER e do FSE ao nível local pode proporcionar uma vantagem determinante para a concretização das metas das regiões e da própria Estratégia Europa 2020, segundo afirma Rousset.

ANDERS KNAPE

Presidente da Associação de Autoridades Locais e Regiões da Suécia

A Panorama falou com Anders Knape, presidente da Associação de Autoridades Locais e Regiões da Suécia (SALAR) sobre o impacto que a Política de Coesão da UE pós-2013 terá nas regiões do país.

«Orientar a futura Política de Coesão da UE para a nova estratégia de crescimento e emprego – a Estratégia Europa 2020 – introduz na Política de Coesão um enfoque mais estratégico e uma ligação essencial aos objectivos económicos da UE», diz Anders Knape, presidente da SALAR. A Associação congratula-se pela ambição da Comissão Europeia em não apenas manter mas sim continuar a desenvolver uma Política de Coesão forte para toda a Europa.

«Todas as regiões da Europa devem continuar a ser incluídas na Política de Coesão para que, em conjunto, possamos atingir as metas acordadas para o emprego, a educação, a erradicação da pobreza, as alterações climáticas e a investigação», acrescenta.

«A Política de Coesão não é necessariamente uma ferramenta de distribuição mas sim um meio para ajudar todas as regiões da Europa a concretizar as metas da UE para a coesão económica, social e territorial.»

Prioridades flexíveis

A SALAR apoia a proposta de dar maior ênfase às iniciativas com menos prioridades no âmbito da Política de Coesão. Na opinião da Associação, isto tornaria a Política mais eficaz e adequada.

Contudo, estas prioridades também devem ter sempre em conta as condições prévias e as necessidades transitórias das regiões. «Se os desafios identificados como sendo os mais importantes numa região não puderem ser enfrentados devido a prioridades demasiado rígidas, a energia vital e o interesse regional em participar activamente no desenvolvimento de projectos na região pode diminuir, o que seria absolutamente negativo», avisa Knape.

Governança combinada

Utilizando o financiamento de desenvolvimento regional como ponto de partida, a Política de Coesão deve envidar esforços para alcançar uma melhor coordenação entre sectores com vista a um maior crescimento da promoção do trabalho orientado para os objectivos. Na opinião da SALAR, tal também devia caracterizar-se por uma governança combinada avançada, em que os níveis locais e regionais tenham um papel reconhecido tanto na concepção como na implementação da política.

Por conseguinte, a Associação congratula-se pela recente proposta da Comissão para coordenar os fundos relevantes através de um Quadro Estratégico Comum. Deste modo, a dimensão regional do Fundo Social e a sua ligação ao trabalho relacionado com o crescimento regional podem ser reforçadas.

Contudo, a Associação sueca não está totalmente de acordo com a posição do governo sueco, que argumenta que os fundos da Política de Coesão devem ser diminuídos e direccionados essencialmente para as regiões europeias menos desenvolvidas.

«A política de coesão não é necessariamente uma ferramenta de distribuição mas sim um meio para ajudar todas as regiões da Europa a concretizar as metas da UE para a coesão económica, social e territorial», afirma Knape.

«O crescimento e competitividade das áreas urbanas representa uma condição prévia para o crescimento e desenvolvimento das regiões circundantes e também da nação como um todo.»



«Congratulamo-nos pela proposta feita pela Comissão quanto a um Contrato de Parceria de desenvolvimento e investimento entre a UE e os Estados-Membros. Contudo, tal implica que este Contrato seja concebido em estreita cooperação ao nível local e regional», constata Knappe. «Esta cooperação será exigida pela Comissão?», pergunta.

Dimensão urbana do crescimento

Anders Knappe realça que os programas devem ter em especial atenção o papel das áreas urbanas no crescimento e no desenvolvimento, bem como a introdução da terceira dimensão de coesão – a dimensão territorial.

O crescimento e competitividade das áreas urbanas representa uma condição prévia para o crescimento e desenvolvimento das regiões circundantes e também da nação como um todo, afirma.

«As áreas urbanas assumem-se como centros em regiões do mercado de trabalho, para mercados de produtos e serviços e para o conhecimento, informação e tomada de decisões. Por conseguinte, aclamamos a proposta de uma plataforma urbana. Mas também se devem ter em especial atenção as ligações entre as áreas urbanas e rurais».

Knappe destaca a importância de se definir correctamente o termo «área urbana», o qual tem de ser adaptado às condições prévias existentes em cada Estado-Membro respectivo. Na Suécia, por exemplo, as autoridades municipais são responsáveis por uma proporção muito maior de serviços públicos em comparação com outros países, assinala.

Na sua opinião, o desenvolvimento rural tem de ser visto como parte integrante do desenvolvimento regional e deve ser igualmente da responsabilidade das autoridades regionais.

Risco de dependência

Knappe alerta para o facto de a proposta de uma nova categoria de «Regiões de Transição» para regiões com um PIB médio entre 75 % e 90 % nos países da UE poder contribuir para manter a dependência dos fundos da UE nas regiões anteriormente menos desenvolvidas em questão.

«No fim de contas, talvez também se venha a verificar que esta nova categoria pode deixar fundos insuficientes tanto para as regiões menos desenvolvidas como para as mais desenvolvidas. Em vez de se introduzir esta nova e dispendiosa categoria permanente, poderiam ser utilizadas ferramentas de saída gradual mais flexíveis em benefício destas regiões».

REACÇÕES ÀS PROPOSTAS PARA A FUTURA POLÍTICA DE COESÃO

A Comissão tem procedido a amplas consultas no que respeita ao desenvolvimento das propostas para a política de coesão da UE após 2013. No início de 2011, mais de 440 organizações emitiram opiniões detalhadas durante uma Consulta às conclusões do 5.º Relatório da Comissão sobre a Coesão Económica, Social e Territorial, fornecendo perspectivas importantes e sugestões positivas para as novas propostas.

Além dos pontos de vista oficiais dos Estados-Membros, incluem-se 225 contribuições de autoridades regionais e locais, 66 de parceiros económicos e sociais e 37 contribuições de organizações de interesse europeu sobre questões territoriais.

Na sequência da publicação das propostas da Comissão em Outubro, a *Panorama* procurou obter uma reacção ao novo pacote legislativo junto das diversas partes interessadas.

PROGRAMA MED

«A concentração temática é uma necessidade na área da cooperação transnacional?»

Os programas de cooperação transnacional congratulam-se pelas alterações positivas existentes nas propostas da Comissão baseadas em todas as consultas efectuadas pelos principais protagonistas envolvidos nesta vertente.

A Equipa Conjunta de Cooperação Transnacional, que reúne 13 programas de toda a Europa, desde as regiões limítrofes do Norte até ao Programa MED, salienta que é sobejamente conhecido que a Vertente B da política de coesão foi muito eficaz. Foram implementadas muitas acções com muito pouco dinheiro (0,5% do orçamento total da política de coesão) de forma a alcançar um nível mais elevado de integração territorial e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Provavelmente, uma das diferenças mais relevantes na proposta da Comissão Europeia é uma maior dotação de verbas para o período 2014-2020, passando dos actuais 1,8 mil milhões de euros para 2,4 mil milhões de euros.

Além disso, as regiões de países terceiros abrangidas pela ENPI e pelo IPA também podem ser abrangidas pelo financiamento do programa através de instrumentos externos que irão ser disponibilizados. Estas são excelentes notícias, agora só precisamos de encontrar meios para concretizá-las.



TRANSNATIONAL
COOPERATION

Muitos programas questionam, no entanto, a necessidade da concentração temática e de escolher quatro dos onze objectivos na área da cooperação transnacional.

Estas e outras questões serão levantadas nas negociações com o Conselho e o Parlamento Europeu. Este facto é importante uma vez que a cooperação transnacional permite às regiões de diferentes países promoverem o desenvolvimento de uma abordagem comum aos problemas que afectam a mesma área, quer se trate de uma bacia fluvial ou de sistemas montanhosos com uma extensão de águas costeiras.

Mercedes Acitores Franzón

Funcionário de Ligação do MED-ENPI MB

Gabinete de Ligação do MED-ENPI MB

www.programmemed.eu

Cooperação Transnacional

www.transnational-cooperation.eu



LOBBY EUROPEU DAS MULHERES

Política de coesão para a igualdade entre homens e mulheres na Europa?

A política de coesão tem a possibilidade de resolver desigualdades de género na vida familiar e no mercado de trabalho em todos os Estados-Membros da UE. No entanto, ainda está aquém deste objectivo. Os fundos específicos para a igualdade de género estão a diminuir e a integração do princípio da igualdade entre homens e mulheres não está devidamente implementada. A proposta da Comissão para a futura política de coesão é um passo na direcção certa.

A Regulamentação Geral proposta inclui cláusulas mais rigorosas no que se refere à integração do princípio da igualdade entre homens e mulheres e exige dos Estados-Membros a formulação e implementação de estratégias para a igualdade de género. Foi atribuído ao Fundo Social Europeu um mandato claro para promover a igualdade entre homens e mulheres e os Estados-Membros são obrigados a adoptar

medidas específicas neste âmbito. A implementação total destas novas possibilidades deverá ser assegurada.

A proposta esquece uma questão crucial: os cuidados de saúde. A Europa necessita de um sector de prestação de cuidados de saúde mais eficiente e valorizado para fazer face aos desafios demográficos, alcançar as metas da estratégia de 2020 e criar uma sociedade que garanta a igualdade de género. Criar uma «economia baseada na prestação de cuidados de saúde» deverá ser uma prioridade da futura política de coesão.

Anna Elomäki

Responsável pela Política
Lobby Europeu das Mulheres

www.womenlobby.org



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPEEN DES FEMMES

UEAPME

Fundos Estruturais, micro e pequenas empresas: verdadeiras oportunidades?

Segundo os membros da UEAPME, a União Europeia do Artesanato e das Pequenas e Médias Empresas, menos de 5% das pequenas empresas na Europa beneficiaram dos Fundos Estruturais, embora representem mais de 95% das empresas da UE e sejam os principais protagonistas na actividade económica e na estabilidade social das regiões.

A burocracia, a falta de coerência a nível europeu, nacional e local, as dificuldades de pagamento e o controlo repetitivo, as informações contraditórias, etc., conduziram ao desinteresse por parte das pequenas empresas e respectivas organizações nos Fundos Estruturais. No entanto, existem resultados: em diversas áreas, 20 000 euros de fundos investidos numa microempresa conduziram à criação de dois ou três empregos e à utilização do potencial local.

Com as novas propostas, nomeadamente a parceria no modelo de governação, o princípio de condições ex-ante, a simplificação, as prioridades atribuídas à competitividade e emprego das PME, o apoio na adaptação das pequenas

empresas aos novos desafios comunitários, as organizações de pequenas empresas nacionais e regionais pretendem reinvestir nos Fundos Estruturais.

Contudo, o sucesso desta nova política dependerá de três critérios básicos:

- a capacidade das autoridades estabelecerem uma parceria de governação eficaz;
- a vontade de recorrer a organizações intermediárias para apoiar as empresas, especialmente as pequenas empresas;
- a apropriação da Lei das Pequenas Empresas e respectivas prioridades como base para as estratégias ao nível europeu, nacional e local.

Andrea Benassi

Secretário-Geral
União Europeia do Artesanato e das Pequenas
e Médias Empresas

www.ueapme.com





EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

REAP

«...a favor de um princípio de parceria vinculativo»

A Rede Europeia Anti-Pobreza (REAP) congratula-se pelo papel reforçado do Fundo Social Europeu no âmbito da redução da pobreza através de um aumento no orçamento e uma dotação de 20% reservada a esta causa. Uma outra acção positiva foi a promoção de uma abordagem mais estruturada na execução dos Fundos Estruturais através de iniciativas orientadas para a comunidade e de mecanismos de execução simplificados e de apoio às ONG.

Contudo, a REAP está preocupada com algumas alterações estratégicas que podem comprometer seriamente o objectivo calculado em matéria de redução da pobreza, como:

- o corte de 5% no orçamento dos Fundos Estruturais;
- o modo como o Programa de Ajuda Alimentar será integrado no FSE;

- a introdução da condicionalidade macroeconómica, penalizando duplamente as regiões mais fracas e as pessoas vulneráveis;
- o esforço insuficiente na integração da inclusão social através de todos os Fundos Estruturais.

Para facilitar o acesso das pequenas ONG aos Fundos Estruturais, a REAP defende um princípio de parceria vinculativo (baseado na uniformidade da Regulamentação Geral provisória), maior acesso aos subsídios globais, assistência técnica e desenvolvimento de capacidades, bem como projectos transnacionais.

Fintan Farrell

Director
Rede Europeia Anti-Pobreza
www.eapn.eu/en

ARE

«...apoia a simplificação das regras e dos procedimentos de implementação...»

A Assembleia das Regiões da Europa (ARE) encara o pacote legislativo proposto como um primeiro passo e uma boa base de negociação. Realça, no entanto, uma série de elementos polémicos que irão requerer mais atenção, nomeadamente a condicionalidade macroeconómica e a tentativa de combinar a ênfase temática com as prioridades territoriais.

A ARE insiste no facto de que as regiões devem estar totalmente envolvidas para que o seu conhecimento, especialização e vontade de contribuir para esta futura política possam ser totalmente integrados nos processos de tomada de decisões e de implementação. Esta é a única forma de a política de coesão ter um impacto significativo no desenvolvimento territorial europeu e ajudar a UE a emergir ainda mais forte da crise.

Durante a fase de negociação, pretende que os ministros da UE se comprometam a implementar uma governação de parceria e combinada em todas as fases da política. Apoia também vivamente a simplificação das regras e dos procedimentos de implementação dos Fundos Estruturais. Pretende igualmente que sejam tomados passos decisivos no âmbito da total implementação de uma abordagem territorial integrada nas políticas da UE, para além da política de coesão.

Francine Huhardeaux

Director de Comunicações e Imprensa
Assembleia das Regiões da Europa
www.aer.eu





RSA

«A eficácia da política de coesão depende de uma abordagem mais estruturada. . .»

As propostas da Comissão Europeia para a futura política de coesão representam uma forte tentativa de melhorar a eficácia e a eficiência dos Fundos de Coesão e Estruturais. A investigação e avaliação de estudos regionais sublinhou a necessidade de uma abordagem mais estratégica no que se refere à forma como são utilizados os fundos da UE, para reduzir a fragmentação de investimentos num vasto leque de intervenções e garantir uma política de apoio e um ambiente institucional para os projectos dos Fundos Estruturais. As propostas para o QEC, a concentração temática, os contratos de parceria, as condicionalidades e os investimentos orientados para os resultados resolvem estas questões.

Contudo, uma questão-chave é como garantir que a territorialidade dos Fundos Estruturais é mantida. A abordagem mais estratégica e temática proposta pela Comissão não deve menosprezar a utilização de programas territoriais que possam implementar fundos da UE adaptados aos desafios regionais e locais e ao envolvimento de parceiros sub-nacionais. A eficácia da política de coesão depende de uma abordagem mais estruturada para identificar prioridades e acordos de implementação, bem como de uma racionalização da administração, especialmente para pequenos programas.

Sally Hardy

Presidente

Associação de Estudos Regionais

www.regional-studies-assoc.ac.uk

EUROCIDADES

«...novos métodos de trabalho podem reforçar o papel das cidades no que se refere ao desenvolvimento integrado. . .»

Do ponto de vista da EUROCIDADES, a proposta da Comissão para a futura política de coesão representa um ponto de partida pertinente para responder a uma agenda urbana ambiciosa. Estes novos métodos de trabalho podem reforçar o papel das cidades no que se refere ao desenvolvimento integrado no terreno. A Europa metropolitana tem capacidade para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que beneficie todos e não apenas os habitantes.

É necessário investir ambiciosamente hoje para criar as Cidades de Amanhã da Comissão. Deverá existir uma ênfase predominantemente urbanística nas acções da Europa em torno do desenvolvimento económico, da mobilidade e do ambiente. Congratulamo-nos, também, pelo contributo de 5 % (mínimo) para o desenvolvimento urbano integrado e uma maior delegação de fundos para as cidades.

De forma a haver estratégias coerentes e investimentos controlados, os líderes das maiores cidades da Europa têm de estar envolvidos em todas as fases de concepção, concretização e avaliação de contratos de parceria e programas operacionais.

Como plataforma política das maiores cidades europeias, sabemos o valor que representa um diálogo significativo entre a Comissão e essas cidades no âmbito da estratégia Europa 2020 com os novos instrumentos. Partilhamos a nossa experiência para ajudar a moldar a nova plataforma de desenvolvimento urbano.

Paul Bevan

Secretário-Geral

Eurocidades

www.eurocities.eu



QUADRO ESTRATÉGICO COMUM PARA 2014-2020

A Estratégia Europa 2020 apela a todas as políticas comuns, incluindo a política de coesão, para que contribuam para a concretização da Estratégia de um modo complementar e de apoio mútuo. Esta contribuição assegurará sinergias entre os objectivos da política e os da política estrutural europeia.

O Quadro Estratégico Comum responde a esta necessidade fundamental de sinergias políticas e traduz os objectivos das prioridades da UE para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em acções-chave para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o futuro Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). Tal garante a utilização integrada dos Fundos do QEC para concretizar objectivos comuns. Com o quadro de investimento integrado, um sistema de execução testado e comprovado, a apropriação no terreno e contínuas parcerias e abordagens transversais a vários sectores, os Fundos do QEC podem contribuir para o sucesso da Europa 2020, reforçando a colaboração entre as partes interessadas locais e regionais.

O valor acrescentado do QEC é triplicado.

Comparativamente às actuais Orientações Estratégicas Comunitárias, o QEC abrange também objectivos temáticos e prioridades de investimento, mas inclui ainda outros elementos, como:

- uma coordenação mais eficaz entre os fundos, bem como entre outros instrumentos financeiros e políticas da UE;
- uma maior ênfase numa abordagem territorial integrada;
- coerência e consistência com os Programas de Reforma Nacionais.

Além disso, o valor acrescentado do QEC consiste em fornecer linhas de orientação aos Estados-Membros e reunir todos os elementos estratégicos do processo de programação, ou seja, os principais objectivos e iniciativas da Europa 2020, a dimensão territorial, os princípios horizontais, a coordenação entre os Fundos, etc.

Outra inovação na criação desta abordagem mais estratégica e integrada está relacionada com o Contrato de Parceria. As propostas regulamentares prevêem que, com base no Quadro Estratégico Comum, cada Estado-Membro prepare um Contrato de Parceria, em coordenação com os respectivos parceiros e em diálogo com a Comissão. O Contrato de Parceria (e subsequentemente, os Programas Operacionais) deve transpor os elementos estabelecidos no Quadro Estratégico Comum para o contexto nacional. O Contrato deve também descrever os compromissos assumidos para a concretização dos objectivos da União através da programação dos Fundos do QEC.

Em termos de conteúdo, o QEC estipula:

- áreas-chave de apoio;
- desafios territoriais a resolver;
- objectivos da política;
- áreas prioritárias para actividades de cooperação; e
- mecanismos de coordenação, bem como mecanismos para assegurar a coerência e consistência com as políticas económicas dos Estados-Membros e da União.

Próximos passos

Quanto aos próximos passos, a Comissão irá propor um documento provisório sobre o Quadro Estratégico Comum no início de 2012. Seguir-se-á uma consulta e um extenso debate e consulta com o Conselho e o Parlamento Europeu. O QEC será formalmente aprovado após a aprovação da Regulamentação Geral pelo Conselho e pelo Parlamento.

RESPONDER MAIS EFICAZMENTE A GRANDES CATÁSTROFES NATURAIS

A 6 de Outubro de 2011, a Comissão Europeia aprovou uma Comunicação sobre o Futuro do Fundo de Solidariedade da Comissão Europeia (FSUE). Pretende-se com isto melhorar o funcionamento do Fundo, mais concretamente, aumentando a sua capacidade de resposta em caso de catástrofe, tornando-o mais visível e clarificando os seus critérios operacionais.

Em 2005, a Comissão comprometeu-se a melhorar a regulamentação do Fundo de Solidariedade ao propor, entre outros elementos, um âmbito de intervenção mais alargado e um abaixamento dos limiares que pressupõem uma intervenção face aos danos causados por uma catástrofe natural. Estas alterações revelaram-se inaceitáveis para a maioria dos Estados-Membros da UE, reflectindo, em particular, preocupações relativamente a possíveis exigências orçamentais adicionais. Por conseguinte, esta proposta será agora retirada.

Em sua substituição, pretende-se que a Comunicação recentemente aprovada venha a servir de base para o debate com Estados-Membros, o Parlamento Europeu e outras partes interessadas. Nesse sentido, a Comunicação analisa o funcionamento do FSUE desde a sua criação em 2002, destaca uma série de questões-chave identificadas e propõe soluções para problemas quando necessário.

A Comissão considera que essas importantes melhorias ao funcionamento do Fundo podem ser concretizadas com um mínimo de ajustes à Regulamentação actual, mantendo assim o seu âmbito, fundamento e natureza e sem afectar questões de finanças nem o volume de despesa permitido. Os ajustes propostos não levariam a qualquer alteração nas operações elegíveis financiadas pelo Fundo, como sejam a reparação imediata de infra-estruturas vitais e os custos derivados da implementação de meios de resposta. Especificamente, os ajustes sugeridos incluem:

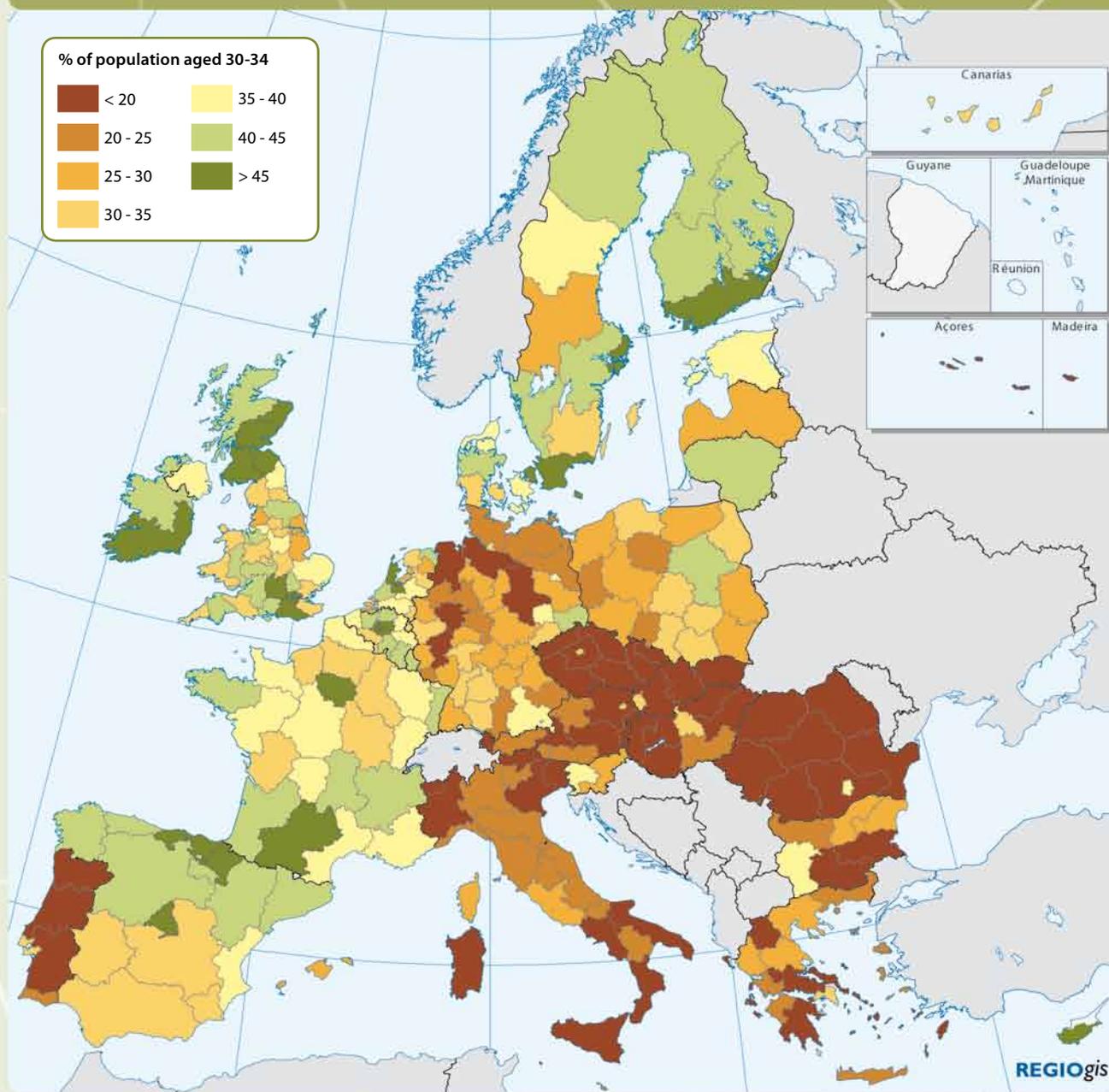
- uma definição mais clara do âmbito do FSUE, limitado a catástrofes naturais que ocorram em Estados-Membros e países em fase de negociação da adesão à UE;
- uma definição nova e mais simples de catástrofe regional baseada num limiar de danos relativo ao PIB regional;
- a introdução de adiantamentos e a aceleração de pagamentos para aumentar a capacidade de resposta do Fundo;
- um enquadramento mais claro para responder a catástrofes de evolução gradual como secas; e
- uma administração simplificada, através da fusão de decisões de concessão de subvenções e o contrato de implementação com o país beneficiário, acelerando também desta forma os pagamentos.

Em função do resultado dos debates, a Comunicação poderá assim dar origem a uma nova proposta legislativa durante o ano de 2012.

2009, sismo, L'Aquila, Itália



TAXAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UE ENTRE PESSOAS DOS 30 AOS 34 ANOS, 2007-2010

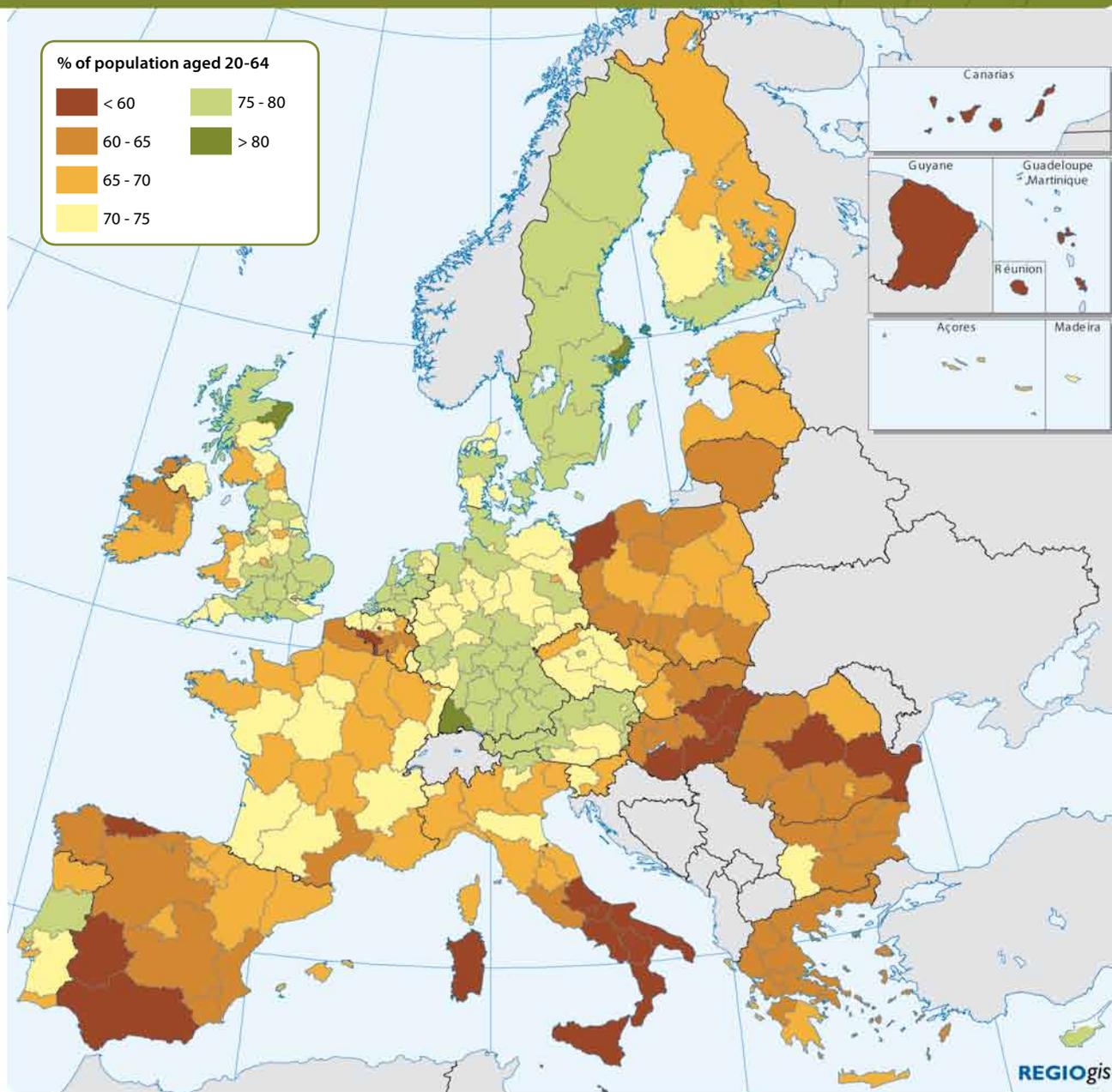


EU-27 = 31.8 | The European 2020 target for the share of population aged 30-34 with a tertiary education is 40% | Source: Eurostat

Este mapa mostra a distribuição de pessoas entre os 30 e os 34 anos com educação superior nos 27 Estados-Membros da UE. A frequência escolar da população é um dos factores que mais contribuem para o crescimento económico. As pessoas com educação superior têm maior probabilidade de conseguir um emprego, ter um salário mais alto e ter uma maior esperança de vida. A Estratégia Europa 2020 para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo estabeleceu a meta de 40% para a percentagem de pessoas entre os 30 e os 34 anos com educação superior. Em 2010, esta percentagem era de 34% na UE.

A percentagem de pessoas com educação superior na Europa é bastante variada. Considerando os níveis médios para o período 2007-10, as regiões com as maiores percentagens são principalmente as regiões das capitais ou as que lhe estão adjacentes. Escócia, sul do Chipre e regiões do norte de Espanha também apresentam bons valores. As regiões com as percentagens mais baixas estão localizadas na República Checa, Itália, Portugal e Roménia. Na Bulgária, Alemanha, Grécia, Hungria, Áustria e Eslováquia também existem regiões com percentagens inferiores à média europeia.

TAXAS DE EMPREGO NA UE ENTRE PESSOAS DOS 20 AOS 64 ANOS, 2010



EU-27 = 68.5 | The Europe 2020 employment rate target is 75% | Source: Eurostat

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

Este mapa mostra as taxas de emprego no grupo etário 20-64 na UE (pessoas empregadas entre os 20 e os 64 anos de idade, divididas pela população total do mesmo grupo etário). A Estratégia Europa 2020 tem por objectivo aumentar a taxa de emprego das pessoas entre os 20 e os 64 anos de idade para, pelo menos, uma média de 75% até 2020. Na UE, a taxa média situava-se nos 68,5% em 2010. O aumento da taxa de emprego ajudará a reduzir a pobreza e a exclusão social. Também ajudará a fazer face aos custos associados ao envelhecimento, especialmente nos países com um sistema de pensões baseado na repartição.

As regiões com as taxas de emprego mais elevadas estão todas situadas no noroeste da UE. Não é provável que as respectivas taxas de emprego subam muito mais. Mais concretamente, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Suécia e Reino Unido atingiram níveis elevados de emprego. As regiões com taxas de emprego abaixo dos 60% são maioritariamente do sul, do leste ou ultraperiféricas. Mas também existem regiões do noroeste com valores menos positivos, como West Wales e Valleys no Reino Unido, Border, Midland e Western na Irlanda ou Hainaut e a Região de Bruxelas-Capital na Bélgica.

ANÁLISE DE ERROS NA POLÍTICA DE COESÃO

A política de coesão absorve aproximadamente um terço do orçamento global da UE, com um total de pagamentos em 2010 que ascendeu a cerca de 40 mil milhões de euros. A responsabilidade de uma gestão financeira adequada é partilhada pelos Estados-Membros e pela Comissão Europeia; contudo, e apesar de uma gestão cuidadosa dos programas, ocorrem erros e, quando necessário, são tomadas medidas correctivas.

Um documento de trabalho publicado pela Comissão em Outubro de 2011 apresenta uma análise de erros na política de coesão detectados pela própria Comissão e pelo Tribunal de Contas Europeu no período de 2006 a 2009, assim como as medidas correctivas tomadas e um enquadramento para futuros controlos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC) representam a maior parte da despesa da política de coesão. Visto que os programas de coesão são postos em prática por um grande número de organizações num vasto leque de projectos, subsiste um risco inerente de erro. Por conseguinte, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE puseram em prática estratégias de controlo para assegurar o cumprimento das regras e atingir os objectivos da política.

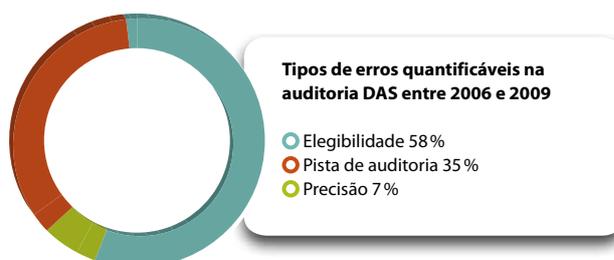
Quando se verificam irregularidades, interrompem-se os pagamentos e corrigem-se os erros antes de retomar esses pagamentos. É importante sublinhar que um erro não significa que os fundos tenham sido perdidos ou desperdiçados ou que tenha sido cometida fraude.

Em que situações ocorrem os erros?

De um modo geral, os erros enquadram-se numa de quatro categorias: contratos públicos, elegibilidade, pista de auditoria e projectos geradores de receitas. Estes incluem a avaliação inadequada de ofertas para a adjudicação de serviços, erros na selecção de projectos e falhas na retenção de documentos.

A análise demonstrou que a maioria dos erros em matéria de FEDER e Fundo de Coesão entre 2006 e 2009 se deve a contratos públicos (41 %) e elegibilidade (39 %) no seu conjunto.

OS ERROS NO FUNDO SOCIAL EUROPEU ESTÃO CONCENTRADOS NA ELEGIBILIDADE



OS ERROS NO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NO FUNDO DE COESÃO ESTÃO CONCENTRADOS NOS CONTRATOS PÚBLICOS E NA ELEGIBILIDADE



Os erros no âmbito do FSE referem-se principalmente à elegibilidade (58 %).

Ao longo dos quatro anos do período de testes, estes erros concentraram-se em três Estados-Membros (cerca de 60 %), sugerindo que os sistemas são fiáveis na maioria dos Estados-Membros.

Encontram-se em vigor procedimentos específicos para os Estados-Membros com maior incidência de erros, pelo que se perspectiva uma melhoria da situação. A Comissão Europeia está a fornecer orientação permanente às autoridades nacionais e a disponibilizar formação sobre contratos públicos, tendo igualmente simplificado as regras de elegibilidade. Durante o exercício financeiro de 2014-2020, a Comissão basear-se-á nestas acções e continuará a centrar as auditorias nas autoridades com pior desempenho.

MAIS INFORMAÇÕES

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/doc/errors_analysis_2011_en.pdf

INVESTIMENTOS DE SUCESSO NO **TURISMO**

O turismo tem uma importância vital para o crescimento económico e o emprego nas regiões da Europa. Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) revelou que os investimentos no turismo ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) produziram resultados positivos.

Em Setembro de 2011, o Tribunal de Contas Europeu publicou um relatório com as conclusões de uma auditoria que analisou a eficácia de projectos turísticos co-financiados durante o período de programação 2000-2006. A auditoria centrou-se em investimentos físicos na área do turismo como, por exemplo, centros de informação, alojamento turístico e serviços de restauração. A análise baseou-se numa amostra aleatória de 206 projectos turísticos co-financiados em nove Estados-Membros, num total de 26 regiões, e avaliou se os projectos concretizavam os resultados esperados, se produziam resultados sustentáveis e se tinham sido desenvolvidos ao abrigo do apoio da UE.

As conclusões do relatório incluíram uma série de êxitos, com 58% dos projectos a criar ou a manter empregos, 73% a criar capacidade turística e 74% a criar actividade turística. Praticamente metade (44%) apresentou bons resultados nas três categorias. No momento da auditoria, 98% dos projectos concluídos ainda se mantinham operacionais e 94% dos empregos criados ou mantidos ainda existia.

O financiamento do FEDER permitiu a concretização de 74% dos projectos, enquanto 20% foram alterados graças a subvenções e apenas 6% teriam seguido em actividade sem este apoio financeiro. Contudo, apesar de 92% dos promotores considerar que a subvenção foi um reconhecimento da qualidade do seu projecto, 42% afirmou que a sua carga administrativa tinha aumentado.

O TURISMO EM NÚMEROS

- O sector do turismo gera mais de 5% do PIB da UE.
- 1,8 milhões de empresas garantem 9,7 milhões de empregos.
- Foram atribuídos 4 623 milhões de euros ao abrigo do FEDER para investimentos físicos no turismo entre 2000 e 2006.

O relatório inclui uma série de recomendações para melhorar a eficácia do financiamento do FEDER. Entre outras, recomenda-se que a Comissão Europeia incentive as autoridades de gestão dos Estados-Membros a garantir que se estabelecem objectivos, metas e indicadores adequados nas etapas de aplicação e decisão.

Leia o relatório «Os projectos de turismo co-financiados pelo FEDER foram eficazes?» em:
<http://eca.europa.eu/portal/pls/portal/docs/1/8746728.PDF>

NOVA VIDA PARA CAMINHO-DE-FERRO DESACTIVADO GRAÇAS AOS FUNDOS DA UE

Um projecto público em França (Bretanha) implicou a modificação de um velho caminho-de-ferro desactivado para criar 26 km de caminhos para pedestres e ciclistas. O número de utilizadores subiu de zero em 2003 para 23 mil em 2008. A utilização é registada por um sistema electrónico de contagem e as estatísticas são enviadas regularmente para os serviços de turismo locais. O custo total do projecto foi de 1,6 milhões de euros, sendo que 39% deste montante foi proveniente do FEDER.

EXPANSÃO DA INTERNET DE BANDA LARGA EM RHÔNE-ALPES

Um projecto da era digital em partes menos desenvolvidas da Região Rhône-Alpes no sudeste da França ajudou a construir 2 000 km de infra-estruturas de cabo de fibra óptica, permitindo que 360 mil lares e 96 % das pessoas nos départements de Ardèche e Drôme estabeleçam ligação à Internet de banda larga.

O projecto Ardèche Drôme Numérique (ADN) está a ajudar a promover a criação e o crescimento de empresas no campo da economia do conhecimento e a apoiar a criação de emprego a longo prazo. A banda larga também permite a introdução de novas abordagens organizacionais como o teletrabalho a partir de casa, o que oferece flexibilidade e opções adicionais às empresas e aos trabalhadores.

«A ligação à Internet de alta velocidade tornará os départements de Ardèche e Drôme mais atractivos para as empresas, oferecendo um ambiente empresarial mais inovador e competitivo», comenta Bernard Soulage, Vice-Presidente de Relações Europeias e Internacionais na delegação geral da região Rhône-Alpes em Bruxelas, Bélgica.

«A nova infra-estrutura garante serviços de Internet de alta qualidade, acesso a serviços gerais online e melhores serviços públicos para todos», acrescenta Soulange.

O projecto ADN nasceu da necessidade de combater a discriminação no acesso à Internet, especialmente em áreas com baixa densidade populacional onde os lucros dos



«Já existem 360 mil lares ligados à Internet de banda larga, que também está disponível para 2 000 empresas e 11 mil centros de habitação social.»

fornecedores de serviços são menores. Estas áreas têm frequentemente pouco ou nenhum acesso a serviços de Internet ou têm de pagar custos muito mais elevados para lhe aceder.

«Já existem perto de 360 mil lares ligados à Internet de banda larga, que também está disponível para 2 000 empresas e 11 mil centros de habitação social», constata Soulange.

Este projecto é responsabilidade do Sindicato Conjunto do ADN, composto pelo Conselho Geral de Ardèche e pelo Conselho Geral de Drôme, com o apoio da Região Rhône-Alpes.

Este projecto está a dar um importante contributo para a coesão territorial e social da região, garantindo um acesso melhorado a novos serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, cultura, educação, formação, segurança, serviços públicos e das redes sociais, para aqueles que vivem ou trabalham em zonas isoladas.

«ARDÈCHE DRÔME NUMÉRIQUE» (ADN)

Programa

FEDER para o período de programação 2007-2013

Custo total
123 000 000 EUR

Contribuição da UE
14 000 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES

www.ardechedomenumerique.fr

CENTRO ESCOCÊS PROMOVE ABORDAGEM PAN-EUROPEIA PARA **PROMOVER SOLUÇÕES DE ENERGIA VERDE**

O **SEGEC (Scottish European Green Energy Centre)** visa facilitar a implementação de projectos inovadores, cooperativos e de infra-estruturas de baixo teor de carbono que, com o apoio dos Fundos da UE, proporcionem benefícios reais para a Escócia, Reino Unido e Europa.

Dando especial ênfase à captura e armazenamento de carbono (CAC), energia marinha, super-redes e redes inteligentes, aquecimento renovável e eficiência energética e eólica em alto mar, o SEGEC já ajudou a distribuir mais de 110 milhões de euros de fundos da UE para projectos de energia de baixo teor de carbono desde a sua inauguração em 2009.

«O SEGEC não é uma agência de financiamento mas sim um mecanismo de apoio que tem ajudado a garantir financiamento europeu (40 milhões de euros) para o European Offshore Wind Deployment Centre a ser construído ao largo da costa de Aberdeen, bem como financiamento (74,1 milhões de euros) para a nova plataforma Moray Firth Offshore HVDC, a qual representará uma melhor solução para estabelecer ligação entre energias renováveis em alto mar e em terra no extremo nordeste da Escócia», explica Chirs Bronsdon, presidente da SEGEC.

O SEGEC identifica projectos cooperativos e faz por garantir investimentos a partir de um leque de subvenções públicas e fundos do sector privado, incluindo os fluxos dos fundos da UE que foram atribuídos para apoiar o desenvolvimento do mercado e da tecnologia.

«Em última análise, apoiamos projectos que venham a ter êxito em atrair esse financiamento e que façam descer os

«Estes projectos, e muitos outros que apoiamos, irão criar muitos empregos locais [...] e contribuir significativamente para cumprir as ambições da Europa no que toca a energia verde.»



custos e abram portas para a implementação comercial das tecnologias nas respectivas indústrias», constata Bronsdon. «Com o apoio e o financiamento da UE, os progressos tecnológicos pioneiros dos Estados-Membros podem ser transformados numa indústria auto-sustentada que pode contribuir para as metas da Europa 2020 e trazer desenvolvimento económico», acrescenta.

«Estes projectos, e muitos outros que apoiamos, irão criar muitos empregos locais, desenvolver as cadeias de fornecimento locais, ajudar a difundir os valiosos conhecimentos adquiridos com a concretização dos projectos e contribuir significativamente para cumprir as ambições da Europa no que toca a energia verde», conclui Bronsdon.

O SEGEC colabora activamente com instituições, redes e plataformas tecnológicas para identificar nichos de oportunidades para uma colaboração transversal entre vários sectores industriais. Até agora, o SEGEC angariou apoio para 17 projectos de investigação no campo das energias renováveis, 28 colaborações em rede ao abrigo do Quinto Programa-Quadro de IDT e 43 empresas envolvendo parceiros do Reino Unido e da Europa.

Projectos como estes estão a ajudar a tornar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, segundo o estabelecido na Estratégia Europa 2020.

SEGEC
(SCOTTISH EUROPEAN GREEN ENERGY CENTRE)

Programa
Lowlands and Uplands Scotland 2007-2013
do FEDER

Custo total
2 895 900 EUR

Contribuição da UE
1 303 100 EUR

MAIS INFORMAÇÕES
www.segec.org.uk

PÓLO DE INVESTIGAÇÃO EM MATERIAIS DE ALTA TECNOLOGIA CRIADO NA ROMÉNIA

A investigação em materiais de alta tecnologia está a avançar rapidamente na Roménia com a criação do CEUREMAVSU, um Centro euro-regional para o estudo de materiais, superfícies e interfaces avançados. O Centro é um pioneiro europeu numa área da investigação dos materiais com enormes potencialidades.

«O Centro promove uma investigação levada ao nível mais profundo, ou seja, ao nível atómico, abaixo da escala Angstrom, em novos materiais para tecnologias avançadas», explica o cientista sénior e chefe de projecto Dr. Cristian-Mihail Teodorescu.



«O projecto está a criar o principal centro de especialistas nesta área do conhecimento em toda a zona sudeste da Europa...»

«CEUREMAVSU»

Programa

FEDER para o período de programação 2007-2013

Custo total

10 239 200 EUR

Contribuição da UE

7 849 700 EUR

O Centro, criado ao abrigo do projecto CEUREMAVSU, consiste em dois laboratórios de construção recente e cinco modernizados. O centro de investigação funciona sob a alçada do Instituto Nacional da Física dos Materiais.

O principal dispositivo de equipamento especializado do Centro é um microscópio electrónico de transmissão analítico multifunções de resolução atómica (resolução de 0,8 Angstrom, com resolução simultânea para vários elementos químicos) que, adquirido em conjunto com o mais avançado equipamento de preparação de amostras disponível na actualidade, perfez um investimento de perto de 2,8 milhões de euros.

Como parte do projecto, foram adquiridos 23 dispositivos de equipamento especializado e criados 24 novos cargos para especialistas altamente qualificados, incluindo físicos, químicos e engenheiros.

«O laboratório de ciência das superfícies e das interfaces é altamente produtivo», constata o Dr. Teodorescu. «Desde a criação do primeiro agrupamento integral de ciência das superfícies em finais de Outubro de 2009, já foram publicados mais de 30 artigos nas principais publicações do sector, como a *Angewandte Chemie* e o *Journal of the American Chemical Society*».

Actualmente, a cooperação está a ser alargada a centros de investigação, universidades e organizações do sector privado na Roménia e no estrangeiro. Os investigadores já estão envolvidos em 10 projectos internacionais.

«O projecto está a criar o principal pólo de especialistas nesta área do conhecimento em toda a zona sudeste da Europa, sendo totalmente compatível com as mais avançadas organizações de dimensão semelhante da Europa Ocidental», conclui o Dr. Teodorescu.

MAIS INFORMAÇÕES

www.infim.ro

VALORIZAÇÃO SALVA-VIDAS DO CENTRO MÉDICO ESTONIANO

O NEMC (North Estonia Medical Centre) em Tallinn vai sofrer uma grande expansão e reconstrução que irá centralizar os principais edifícios e valorizar substancialmente as instalações médicas disponibilizadas.



O NEMC é o maior hospital da Estónia. Apesar de atender às necessidades médicas de cerca de 800 mil pessoas (60 % da população da Estónia) oriundas de nove distritos, até há pouco tempo o Centro funcionava em edifícios degradados dispersos por toda a cidade.

«O trabalho de construção dos novos edifícios (29 807 m²) e a renovação dos edifícios existentes (28 175 m²) estão a reagrupar os recursos e a otimizar os serviços prestados. Simultaneamente, o NEMC está a tornar-se numa instituição mais atractiva para a investigação académica e científica», afirma Tõnis Allik, Presidente do Conselho de Administração do NEMC. «Os principais beneficiários da infra-estrutura nova e reconstruída são, primeiramente, os pacientes que sofram de patologia oncológica ou cardiovascular e em situação de emergência. A capacidade acrescida da infra-estrutura e os equipamentos relevantes permitirão um acesso melhorado a tecnologias de preservação da vida como a radioterapia e a cardiologia intervensiva», reitera.

Para além de prestar assistência, o hospital também é uma importante instituição de investigação, tendo parcerias com várias universidades e centros de investigação médica.

MAIS INFORMAÇÕES

<http://www.regionaalhaigla.ee>

«A capacidade acrescida da infra-estrutura e os equipamentos relevantes permitirão um acesso melhorado a tecnologias de preservação da vida como a radioterapia e a cardiologia intervensiva.»

EXPANSÃO E RECONSTRUÇÃO DO NEMC (NORTH ESTONIAN MEDICAL CENTRE)

Programa

FEDER para o período de programação 2007-2013

Custo total
151 400 000 EUR

Contribuição da UE
66 800 000 EUR

A COMISSÃO APOIA DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL...

Com o Tratado de Lisboa, a União Europeia assumiu a coesão territorial como um novo e importante objectivo. Isto reflecte-se na forte dimensão territorial e urbana das propostas da Comissão para uma regulamentação da Política de Coesão pós-2013 em perfeita sintonia com a Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Para aumentar a sua eficácia, os investimentos serão concentrados em questões que possam contribuir significativamente para atingir as metas da Estratégia.

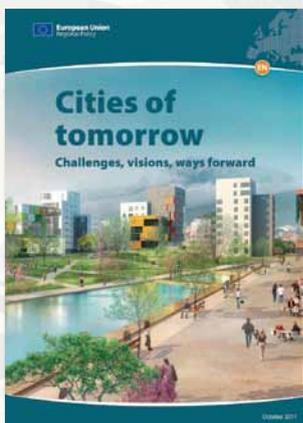
Enquanto centros de negócios e empreendedorismo, investigação e inovação, educação e formação, inclusão social e interacção cultural, as cidades podem dar um importante contributo para que as metas da Estratégia Europa 2020 sejam atingidas. Contudo, existem muitas áreas urbanas com níveis elevados de pobreza, desemprego e criminalidade, alojamento de baixa qualidade e pouco eficiente em termos energéticos e degradação ambiental. Por conseguinte, a Comissão propõe prioridades de investimento específicas para áreas urbanas, que canalizarão o financiamento das cidades para as principais prioridades estratégicas do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, contribuindo para um desenvolvimento urbano sustentável. Estas prioridades de investimento incluem estratégias para reduzir as emissões de carbono nas áreas urbanas, transportes urbanos sustentáveis, acções para melhorar o ambiente urbano e a regeneração física e económica de áreas urbanas degradadas, incluindo o alojamento.

...através de uma abordagem integrada

As anteriores Iniciativas Comunitárias URBAN – destinadas a combater alguns dos problemas verificados em vilas e cidades dos Estados-Membros – e a integração da iniciativa URBAN no período de programação actual demonstraram o valor de uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano. É necessário que as cidades adoptem abordagens holísticas para enfrentar os seus desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais e que implementem acções de desenvolvimento urbano através de estratégias integradas.

A Comissão propõe a disponibilização de uma dotação dedicada de, pelo menos, 5 % dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de cada Estado-Membro da UE para as cidades, a qual deverá destinar-se a acções integradas para o desenvolvimento urbano sustentável. Para garantir que estes recursos provenientes de várias prioridades são coordenados de forma integrada no nível adequado, deverão ser aplicados através de Investimentos Territoriais Integrados (ver caixa de texto), delegando-se a respectiva gestão nas cidades.

Os recursos para as referidas acções integradas devem estar claramente identificados nos programas operacionais. Para assegurar que as cidades em questão estão devidamente envolvidas no processo de programação e na implementação dos programas operacionais, a Comissão propõe que os Estados-Membros identifiquem as cidades que estão a levar a cabo acções integradas para o desenvolvimento urbano sustentável, estabelecendo uma lista de cidades no Contrato de Parceria. Além disso, deve identificar-se a dotação anual indicativa para estas acções ao nível nacional.



AS CIDADES DE AMANHÃ

Em 2010, a Comissão lançou o processo de reflexão «Cidades do Amanhã» sobre os desafios do futuro para as cidades europeias. O processo teve como base uma combinação de workshops, consultas e estudos direccionados. Estiveram directamente envolvidos mais de 60 académicos, profissionais e partes interessadas do sector vindos de toda a Europa. O relatório de síntese «As cidades de amanhã – Desafios, visões e percursos para o futuro» sensibiliza o público para os possíveis impactos futuros de um conjunto de tendências, como o declínio demográfico e a polarização social e a vulnerabilidade de vários tipos de cidades. Destaca também

as oportunidades e o papel fundamental que as cidades podem desempenhar no sentido de atingir as metas da UE – em especial na implementação da estratégia Europa 2020 – e apresenta algumas visões e modelos inspiradores. O relatório reafirma a importância de uma abordagem integrada do desenvolvimento urbano. Realça ainda a necessidade de novos sistemas de governação flexíveis adaptados a áreas funcionais, as dimensões dos desafios e intervenções, bem como a necessidade de envolver os cidadãos, e o valor das abordagens participativas.

Este relatório também se encontra disponível em francês, alemão, polaco, espanhol e português.



...através do intercâmbio e da aprendizagem

Cada vez mais, os desafios enfrentados pelas cidades ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais e exigem acções conjuntas e de cooperação. Este é o motivo pelo qual a Comissão se propõe não só prosseguir com o programa de cooperação para as cidades, como também alargar o seu âmbito estabelecendo uma plataforma de desenvolvimento urbano para um número limitado de cidades que implementem acções integradas e realizem acções inovadoras por iniciativa da Comissão.

O objectivo do futuro programa em rede (actualmente denominado URBACT) para as cidades englobadas na cooperação inter-regional é continuar a possibilitar o intercâmbio directo de experiências entre cidades. Isto implica a identificação, transferência e difusão de boas práticas em matéria de desenvolvimento urbano e rural sustentável, com base na metodologia desenvolvida ao abrigo do actual programa URBACT.

A Comissão estabelecerá uma plataforma de desenvolvimento urbano para incentivar um diálogo mais orientado para as políticas de desenvolvimento urbano entre cidades europeias, de forma a tornar mais visível a contribuição das cidades para a Estratégia Europa 2020 e a tirar partido dos resultados das acções integradas e inovadoras concretizadas pelas cidades por iniciativa da Comissão. A plataforma de desenvolvimento urbano é inovadora no sentido em que a Comissão terá um papel mais activo do que anteriormente: irá estabelecer e gerir a plataforma, adoptar a lista de cidades participantes, com base na lista estabelecida no Contrato de Parceria, em que serão implementadas acções integradas de desenvolvimento urbano, incentivar um diálogo mais orientado para as políticas de desenvolvimento urbano em contacto directo com as cidades e disponibilizar conhecimentos especializados ao nível da UE.

...e através do reforço da inovação e de ferramentas operacionais de apoio para as cidades

Para fomentar a inovação ao nível local, a Comissão pode tomar a iniciativa de apoiar as cidades a implementar acções no campo do desenvolvimento urbano sustentável. As Acções Inovadoras identificarão e testarão novas soluções e abordagens para desafios urbanos de relevância ao nível da UE. As Acções Inovadoras serão geridas directamente pela Comissão e os seus principais beneficiários serão as autoridades locais (por exemplo, cidades, associações de cidades, autoridades metropolitanas). As cidades que emprenderem Acções Inovadoras também farão parte da plataforma de desenvolvimento urbano para comunicar e difundir os resultados das suas acções.

Por último, a Comissão está a contribuir para uma iniciativa europeia conjunta de Estados-Membros, cidades, associações e redes de cidades com vista a desenvolver uma ferramenta operacional que possa ajudar as cidades a implementar estratégias de desenvolvimento urbano sustentável e a preparar acções integradas. O Quadro de Referência para Cidades Sustentáveis (QRCS) é um instrumento baseado na Web que fornece às cidades ferramentas, aplicações e listas de controlo para desenvolver estratégias e projectos e para estabelecer um sistema de monitorização em consonância com o chamado *Acervo Urbano*, um conjunto de princípios comuns que estão na base das políticas urbanas bem-sucedidas. O QRCS estará disponível para todas as cidades europeias a partir de Abril de 2012 para utilização gratuita e voluntária.



Investimentos integrados para um desenvolvimento urbano sustentável

A dimensão urbana da Política de Coesão tem por objetivo assegurar que as intervenções urbanas são concretizadas de forma eficiente. Isto só poderá ser conseguido através de estratégias integradas. Assim, por uma questão de princípio, os investimentos urbanos apenas poderão ser concretizados dentro do quadro de uma estratégia integrada para o desenvolvimento urbano sustentável. Segundo as propostas da Comissão, existem várias formas de apoiar o desenvolvimento urbano sustentável com os Fundos Estruturais:

Em primeiro lugar, o desenvolvimento urbano sustentável pode ser promovido através de programas operacionais com um eixo de prioridades que inclua uma prioridade de investimento relacionada com o urbanismo (por exemplo, para promover a inclusão social através da regeneração física e económica de áreas urbanas degradadas – ver o Artigo 5 da regulamentação proposta do FEDER).

Em segundo lugar, o desenvolvimento urbano sustentável pode ser apoiado através do Investimento Territorial Integrado (ITI). Um ITI é um instrumento que conjuga o financiamento de vários eixos de prioridades de um ou mais programas para intervenções multidimensionais e transversais a vários sectores. Um ITI é o instrumento ideal para apoiar acções integradas em áreas urbanas já que oferece a possibilidade de combinar financiamentos de várias origens. Enquanto estratégia de investimento integrado (ou mini-programa), um ITI pode abranger vários tipos de áreas urbanas funcionais, seja ao nível do bairro ou do município seja para áreas urbanas funcionais maiores, como cidades-regiões ou áreas metropolitanas que incluam áreas rurais vizinhas. Para garantir que os investimentos de um ITI são concretizados de forma complementar, a gestão e a implementação do mesmo deverão ser (parcial ou totalmente) delegadas num único organismo, por exemplo, uma autoridade local. A Comissão propõe que seja atribuído um mínimo de 5 % dos recursos do FEDER destinados a cada Estado-Membro para acções de desenvolvimento urbano implementadas através do ITI, cuja gestão é delegada nas cidades (ver o Artigo 99 da regulamentação geral provisória).

Em terceiro lugar, o desenvolvimento local orientado para a comunidade pode ser utilizado como uma ferramenta para implementar o desenvolvimento urbano sustentável. As estratégias integradas baseadas numa área que sejam concebidas e implementadas por grupos de acção locais compostos por intervenientes públicos, privados e da sociedade civil, incluindo cidadãos, podem mobilizar um potencial interno e dar lugar à apropriação de intervenções ao nível local (ver Artigos 28 a 31 da regulamentação geral provisória).

Por último, o desenvolvimento urbano sustentável pode ser apoiado através de instrumentos financeiros (ver Artigos 32 a 40 da regulamentação geral proposta). Para além das subvenções, os instrumentos financeiros podem oferecer uma série de vantagens, especialmente no contexto de escassos recursos públicos que se revelam insuficientes em comparação com a crescente necessidade de investimento nas cidades, como sejam a reciclagem de fundos a longo prazo, a alavancagem financeira ao atrair financiamento adicional, a combinação de conhecimentos especializados e o incentivo a uma utilização mais eficiente dos recursos.



CINCO ANOS DE **REGIOSTARS** — DE SUCESSO EM SUCESSO



Desde 2008 que os RegioStars – os Prémios para Projectos Inovadores – visam a identificação, a comunicação e a difusão de boas práticas inovadoras financiadas através da Política de Coesão da União Europeia.

Nas primeiras cinco edições deste programa de prémios anuais, candidataram-se uns impressionantes 377 projectos para as várias categorias a concurso. Em termos de abrangência, houve 286 candidaturas relacionadas com vários campos temáticos, como as tecnologias ambientais e a competitividade económica, sendo 91 na categoria de informação e comunicação.

Ao longo do tempo, a Direcção-Geral da Política Regional (DG Regio) da Comissão Europeia tem adoptado diferentes abordagens para definir as categorias temáticas. O último desenvolvimento reflectido nos concursos de 2012 e 2013 é a ligação das categorias a temas específicos relacionados com os objectivos da Estratégia Europa 2020 para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Todos os anos, para garantir a qualidade dos projectos seleccionados, a DG Regio tem contratado especialistas independentes nos vários campos temáticos e colocado ênfase nos critérios de atribuição de prémios segundo o impacto dos projectos.

Olhando mais atentamente para os Prémios **RegioStars 2012**, a DG Regio recebeu um número recorde de 107 candidaturas. A primeira tarefa do júri é reduzir a lista de finalistas. Para a DG Regio, a redução da lista é o passo mais importante, pois resulta numa lista de projectos adjudicados que reflectem as várias respostas políticas que podem ser dadas a um desafio específico. Permite ainda que o júri esteja mais concentrado na análise de um menor número de projectos, o que é de grande ajuda para a sua escolha final dos vencedores. Para o concurso de 2012, o júri assistirá à apresentação pública dos projectos finalistas a 14 de Janeiro de 2012, antes de anunciar os vencedores em Junho de 2012.

Contrariamente ao que é normal, a Comissão já anunciou os Prémios **RegioStars de 2013** durante o OPEN DAYS 2011, um evento anual que oferece às cidades e às regiões a oportunidade de mostrar a sua capacidade para gerar crescimento e empregos e implementar a Política de Coesão da UE. Isto deve-se a uma decisão para alterar o calendário anual com vista a tirar o máximo partido dos Prémios e torná-los ainda mais apelativos para as regiões e programas, convidando os finalistas a apresentar os seus projectos durante a edição seguinte do OPEN DAYS. **O prazo de envio das candidaturas para os Prémios RegioStars 2013 termina a 20 de Abril de 2012 e as categorias a concurso são as seguintes:**

1. CRESCIMENTO INTELIGENTE:

Ligar as universidades ao crescimento regional

2. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL:

Apoiar a eficiência de recursos nas PME

3. CRESCIMENTO INCLUSIVO:

Inovação social: respostas criativas aos desafios sociais

4. CATEGORIA CITYSTAR:

Abordagens integradas para o desenvolvimento urbano sustentável

5. CATEGORIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

Promover a Política Regional da UE através de pequenos vídeos

Para mais informações, visite a página Web dos prémios RegioStars:

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_en.cfm

Ou dedique-se ao intercâmbio interactivo na RegioNetwork 2020, uma plataforma de colaboração online para representantes das regiões europeias e outros interessados na Política Regional da UE

<https://webgate.ec.europa.eu/regionetwork2020/node/9315> (pesquise em «fóruns»)

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A POLÍTICA DE COESÃO DA UE

O surgimento de meios de comunicação social como o YouTube, o Facebook e o Twitter mudaram radicalmente o Panorama das comunicações durante os últimos 5 a 10 anos.

A Internet já ultrapassou a imprensa escrita na maioria dos Estados-Membros da UE como a segunda mais importante fonte de informação sobre a actualidade, com a televisão ainda a ocupar o primeiro lugar, embora com audiências cada vez mais fragmentadas devido à crescente oferta de canais.

Enquanto os meios de comunicação tradicionais tratam frequentemente as audiências como consumidores de informação passivos, os meios de comunicação social permitem que as pessoas interajam ao «gostar», comentar ou partilhar. Os meios de comunicação social também reduziram drasticamente as barreiras da publicação, permitindo que qualquer pessoa produza notícias através de um blogue, do Twitter ou publique testemunhos de eventos à medida que acontecem.

Os governos, as empresas e as organizações internacionais estão a centrar-se cada vez mais nos meios de comunicação social para chegar a novas audiências, recolher informações e obter informações acerca das suas actividades, produtos e serviços. Também se tem assistido a uma introdução progressiva das redes sociais e de ferramentas de colaboração no local de trabalho, com vista a melhorar a comunicação interna, a reforçar a satisfação dos empregados e a aumentar a produtividade.

Existem actualmente muitas regiões e cidades a utilizar os meios de comunicação social como uma das suas ferramentas de comunicação, com o objectivo de partilhar informações actualizadas ao minuto sobre serviços locais, recolher informações e sugestões da população local e atrair turistas e investidores.

A União Europeia não é excepção a esta tendência. Hoje em dia, as instituições, representantes locais, campanhas e serviços da UE marcam presença em grande parte das principais plataformas de comunicação social, incluindo o YouTube, o Facebook e o Twitter.

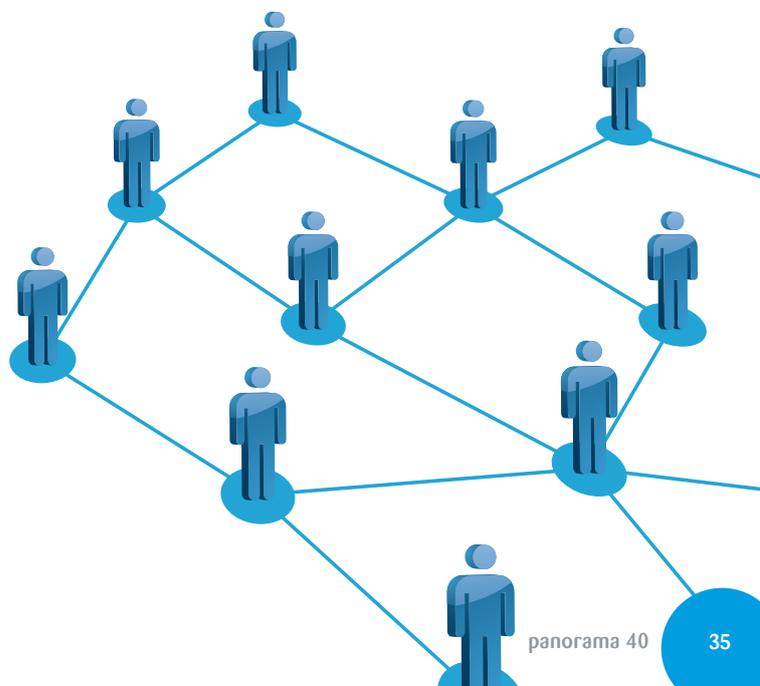
No campo da política regional da UE, a Comissão Europeia criou a sua própria plataforma em rede profissional, chamada RegioNetwork 2020 (www.regionetwork2020.eu). A plataforma permite aos utilizadores aderir a grupos temáticos ou criar um da sua autoria, participar em debates e conversações em directo na Web, bem como partilhar os melhores exemplos de boas práticas, vídeos e fotografias.

A Comissão está a utilizar o Twitter (@EU_Regional) para publicar regularmente informações sobre eventos, notícias, exemplos de projectos e desenvolvimentos políticos. Partilharam-se fotografias dos OPEN DAYS 2011 no Flickr, com mais de 1 000 imagens carregadas, que foram visualizadas mais de 40 mil vezes.

A Comissão também está a cooperar, através da rede INFORM, com agentes de comunicação das regiões e autoridades de gestão de toda a UE. O propósito desta rede é servir como um ponto de encontro para agentes de comunicação, gestores de projecto e todos os interessados em fornecer informações sobre a Política de Coesão. Ao trabalhar com os seus parceiros nas regiões, a Comissão espera tirar partido de todas as potencialidades dos meios de comunicação social para reforçar a comunicação sobre o impacto do financiamento regional da UE.

Para uma lista completa das contas da UE nos meios de comunicação social, visite:

www.europa.eu/take-part/social-media/index_pt.htm



DATAS DA AGENDA

16 DE FEVEREIRO DE 2012

Fórum Urbano Europeu

Bruxelas (BE)

14 DE JUNHO DE 2012

Prémios RegioStars

Bruxelas (BE)

14 A 15 DE JUNHO DE 2012

Conferência As Regiões e a Mudança Económica

Bruxelas (BE)

2 A 3 DE JULHO DE 2012

2º Fórum das Regiões Ultraperiféricas

Bruxelas (BE)

8 A 11 DE OUTUBRO DE 2012

OPEN DAYS

Semana das Regiões e Cidades

Bruxelas (BE)

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

No *Panorama 40* está disponível bastante informação sobre as propostas da Comissão para a futura política de coesão, posterior a 2013.

Se pretender partilhar a sua opinião sobre como estes planos irão afectar a sua região ou área de interesse ou pretender colocar algumas questões pertinentes, contacte-nos através de:

regio-panorama@ec.europa.eu

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2011

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet

Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas

Courriel: regio-info@ec.europa.eu

Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm